

Carta de Nova Iguaçu

Pela democratização do acesso à universidade

As universidades desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvimento econômico, no fortalecimento da democracia e no fomento das lutas por justiça social, seja no âmbito das atividades de pesquisa, inovação e extensão, da qualificação profissional ou do exercício do pensamento crítico.

O Brasil se depara com grandes desafios nestas primeiras décadas do século XXI. Por cerca de quatro décadas, a esperança em um futuro melhor, de desenvolvimento e justiça social, foi alimentada por avanços democráticos, econômicos e mais recentemente pelo impacto positivo de políticas públicas destinadas a melhorar a distribuição de renda.

Nos últimos anos, porém, predominam o pessimismo e as frustrações, baseados na persistência de profundas desigualdades sociais, corrupção e preocupações relativas à sustentabilidade ambiental.

O país passa por uma acelerada transição demográfica, e a última grande onda de adolescentes da nossa história está, neste momento, cursando o ensino médio. Do grau de acesso à educação que lhes será proporcionado e da sua qualidade dependem o nosso futuro como sociedade.

Na Baixada Fluminense, esses potenciais e contradições se manifestam de forma particularmente aguda. A região, de cerca de quatro milhões de habitantes, constitui-se numa das maiores concentrações de jovens do país. Essa juventude, criativa e batalhadora, alimenta a atividade econômica local e da capital do estado, ao mesmo tempo em que se expressa em movimentos sociais e culturais de grande vitalidade.

Infelizmente, porém, apenas uma pequena parcela desses jovens tem acesso ao ambiente acadêmico, que lhes ofereceria a oportunidade de realização de descobertas individuais e coletivas capazes de elevar o seu protagonismo econômico e social a novos patamares.

Apenas nos municípios de Mesquita, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, há mais de 350 mil jovens entre 18 e 24 anos de idade. Na faixa de 15 a 17 anos eles somam mais de 160 mil. Pelas metas do Plano Nacional de Educação, cerca de 120 mil jovens desses municípios deveriam ter acesso à universidade, 30 mil deles em universidades públicas. No entanto, somadas todas unidades de universidades públicas instaladas na região nas últimas décadas, chegaremos no máximo a 7.000 vagas. O acesso às demais instituições públicas da região metropolitana, por outro lado, torna-se extremamente

difícil devido a fatores como a precariedade da mobilidade urbana e a necessidade de conciliar trabalho e estudo.

Sem sombra de dúvida, se desagregássemos esses dados por critérios de cor e raça, perceberíamos um quadro muito mais grave. Sabemos que, apesar do impacto positivo das políticas de ação afirmativa, as perspectivas de ampliação da escolaridade e de inserção qualificada no mercado de trabalho dos jovens pretos e pardos permanece ainda reduzidas. Sabemos também que a exclusão precoce do sistema educacional a transforma em vítima preferencial da violência urbana. A ampliação dos investimentos para assegurar um ensino médio de qualidade e a ampliação do acesso às universidades pode, portanto, oferecer uma contribuição fundamental para o enfrentamento do genocídio que se abate sobre a juventude negra no Brasil.

É fundamental, portanto, assegurar a continuidade dos investimentos voltados ao atendimento da imensa demanda reprimida por acesso à universidade, especialmente em regiões historicamente desfavorecidas, como a Baixada Fluminense.

Infelizmente, porém, nos deparamos atualmente com ataques sem precedentes às nossas universidades. Cortes nos orçamentos das universidades públicas e nas políticas de financiamento para o acesso às universidades privadas, censura que desrespeita o princípio da autonomia universitária, intervenções policiais descabidas, ataques sistemáticos da grande imprensa contra as instituições e seus pesquisadores.

Nesta hora, temos, uma vez mais, que aliar o constante aperfeiçoamento e elevação da qualidade da nossa prática acadêmica à luta em defesa do direito da juventude brasileira ao ensino superior, como condição para a realização de todos os seus potenciais em favor do desenvolvimento do país.

Por isso, nós, estudantes do ensino fundamental, médio e superior, educadores, gestores públicos de diversas esferas de governo, representantes de movimentos sociais, nos reunimos no dia de hoje para somar esforços em defesa do direito dos jovens brasileiros à formação universitária e das políticas públicas necessárias para assegurá-lo.

Conclamamos todos os setores da sociedade brasileira a se somarem a nós nessa luta.

1º de março de 2018, Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu